

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 13ª. REGIÃO
EDITAL Nº 01/2015 – PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE ESTAGIÁRIOS DO PROGRAMA DE ESTÁGIOS
ACADÊMICO

MATUTINO 17/05/2015

PROVA OBJETIVA
CARGO: DIREITO

Leia atentamente as INSTRUÇÕES:

1. Confira seus dados no cartão-resposta: nome, número de inscrição e o cargo para o qual se inscreveu.
2. Assine seu cartão-resposta.
3. Aguarde a autorização do Fiscal para abrir o caderno de provas. Ao receber a ordem do fiscal, confira o caderno de provas com muita atenção. Nenhuma reclamação sobre o total de questões ou falha de impressão será aceita depois de iniciada a prova.
4. O cartão-resposta não será substituído, salvo se contiver erro de impressão.
5. Preencha toda a área do cartão-resposta correspondente à alternativa de sua escolha, com caneta esferográfica azul (tinta azul ou preta), sem ultrapassar as bordas. As marcações duplas, ou rasuradas, com corretivo, ou marcadas diferentemente do modelo estabelecido no cartão-resposta poderão ser anuladas.
6. Sua prova tem **50** questões, com **5** alternativas.
7. Cabe apenas ao candidato a interpretação das questões, **o fiscal** não poderá fazer nenhuma interferência.
8. A prova será realizada com duração máxima de **4h (quatro horas)**, incluído o tempo para a realização da Prova Objetiva e o preenchimento do cartão-resposta.
9. O candidato poderá retirar-se do local de realização das provas somente **1 (uma) hora** após o seu início, sem levar o caderno de provas.
10. O candidato poderá levar o caderno de provas, assim como anotação contendo transcrição do seu cartão-resposta, somente **1h30min** (uma hora e trinta) após o início da realização das provas.
11. Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar ao fiscal de sala o cartão-resposta preenchido e assinado.
12. Os **3 (três)** candidatos, que terminarem a prova por último, deverão permanecer na sala, e só poderão sair juntos após o fechamento do envelope, contendo os cartões-resposta dos candidatos presentes e ausentes, e assinarem no lacre do referido envelope, atestando em ata que este foi devidamente lacrado.
13. Durante todo o tempo em que permanecer no local onde está ocorrendo o concurso, o candidato deverá, manter o celular desligado e sem bateria, só sendo permitido ligar depois de ultrapassar o portão de saída do prédio.
14. Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas, bem como nas dependências.

BOA PROVA!

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para responder às próximas duas (2) questões:

Derrota da Censura

A decisão da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de aprovar em caráter conclusivo o projeto que autoriza a divulgação de imagens, escritos e informações biográficas de pessoas públicas pode ser um marco na história da liberdade de expressão no país.

Até agora, o Brasil vem caminhando no obscurantismo no tocante à publicação ou filmagem de biografias. O artigo 20 do Código Civil bate de frente com a Constituição, que veta a censura. Só informações avalizadas pelo biografado ou pela sua família podem ser mostradas. É o império da chapa branca, cravado numa sociedade que caminha para o pluralismo, a transparência, a troca de opiniões.

O brasileiro vê estupefato uma biografia de Roberto Carlos sendo recolhida e queimada; biografias de Guimarães Rosa e Raul Seixas sendo proibidas de circular; inúmeros filmes vetados por famílias que se julgam no direito de determinar o que pode ou não pode ser dito sobre qualquer pessoa. Exatamente o que os generais acreditavam poder fazer em relação a jornais, rádios e televisão.

[...] O projeto aprovado na CCJ abre caminho para que a sociedade seja amplamente informada sobre seus homens públicos, seus políticos, seus artistas, não apenas através de denúncias, mas também de interpretações. O livro publicado sobre Roberto Carlos era laudatório; o mesmo acontecia com o documentário de Glauber Rocha, também proibido, sobre Di Cavalcanti.

(Nelson Hoineff – O Globo, 11/04/2013)

01. O texto exposto acima faz uso de vários conceitos específicos, e apresenta um grau considerável de informatividade. Por outro lado, percebe-se que há uma intencionalidade específica, sendo assim, com relação ao que motivou a produção desse texto, foi:

- a) A ação de divulgação de imagens, escritos e informações biográficas.
- b) Por uma decisão da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.
- c) O fato de haver um final definitivo da censura sobre biografias.
- d) A decisão da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de não aprovar em caráter conclusivo o projeto.
- e) A deliberação de Constituição e Justiça.

02. Há no texto uma frase que apresenta um desvio da norma padrão da língua portuguesa constituindo o que pode ser chamado de variação linguística. Assinale a passagem em questão, apresentada em uma das alternativas:

- a) “O livro publicado sobre Roberto Carlos era laudatório”.
- b) “O Brasil vem caminhando no obscurantismo no tocante à publicação ou filmagem de biografias”.
- c) “Só informações avalizadas pelo biografado ou pela sua família podem ser mostradas”.
- d) “A decisão da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de aprovar em caráter conclusivo o projeto”.
- e) “O artigo 20 do Código Civil bate de frente com a Constituição, que veta a censura”.

Texto para responder às próximas duas (2) questões:

Talvez espante ao leitor a franqueza com que lhe exponho e realço a minha mediocridade; advirta que a franqueza é a primeira virtude de um defunto. Na vida, o olhar da opinião, o contraste dos interesses, a luta das cobiças, obrigam a gente a calar os trapos velhos, a disfarçar os rasgões e os remendos, a não estender ao mundo as revelações que faz à consciência; e o melhor da obrigação é quando, a força de embaçar os outros, embaça-se um homem a si mesmo, porque em tal caso poupa-se o vexame, que é uma sensação penosa e a hipocrisia, que é um vício hediondo. Mas, na morte, que diferença! Que desabafo! Que liberdade! Como a gente pode sacudir fora a capa, deitar ao fosso as lentejoulas, despregar-se, despintar-se, desafeitar-se, confessar lisamente o que foi e o que deixou de ser! Porque, em suma, já não há vizinhos, nem amigos, nem inimigos, nem conhecidos, nem estranhos; não há platéia. O olhar da opinião, esse olhar agudo e judicial, perde a virtude, logo que pisamos o território da morte; não digo que ele se não estenda para cá, e nos não examine e julgue; mas a nós é que não se nos dá do exame nem do julgamento. Senhores vivos, não há nada tão incomensurável como o desdém dos finados.

(ASSIS, Machado de. Memórias póstumas de Brás Cubas. São Paulo: Abril Cultura, 1978.)

03. É possível observar que nem sempre as palavras de um texto são usadas em seu sentido próprio, pois às vezes denotam outro tipo de realidade ou novo significado. Sendo assim, têm-se os mecanismos de alteração de sentidos chamados normalmente de figuras de palavras que atuam como figura de linguagem. No texto acima apresentado, há uma oposição entre a atitude do homem vivo e a do homem morto. O autor mostra essa atitude por meio de uma figura de palavra, qual é ela?

- a) Metonímia
- b) Conotação
- c) Denotação

- d) Metáfora
- e) Eufemismo

04. Ainda em relação ao texto de Machado de Assis, observe que alguns verbos mostram as atitudes dos vivos e outros as atitudes dos mortos. Assinale a alternativa que apresenta os verbos que revelam a atitude dos mortos.

- a) Os verbos no infinitivo: disfarçar, embaçar, calar.
- b) Os verbos que indicam ação contrária: despregar-se, disfarçar.
- c) Os verbos que indicam ação contrária: despregar-se despintar-se.
- d) Os verbos: perder, examinar.
- e) Os verbos no infinitivo: ser, deitar, disfarçar.

05. Bakhtin define gêneros textuais como: os gêneros do discurso, tipos relativamente estáveis de enunciados constituído historicamente e que mantêm uma relação direta com a dimensão social. Assim, são inúmeros os gêneros textuais, e variam dependendo da função de cada texto e das diferentes situações comunicacionais. O mesmo não acontece com os tipos textuais que são poucos e define-se como uma espécie de sequência retórica subjacente definida pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas, estilo).

Com base nessas informações, assinale a sequência que apresenta corretamente os tipos de texto.

- a) Sequencial, narracional, direcional, emergencial.
- b) Narração, argumentação, exposição, descrição, injunção, dissertação.
- c) Exposição de pensamento; não ter propósito definido para leitura.
- d) Narração, delimitação, exposição, descrição.
- e) Injuntivo, dissertativo, denotativo, dissertativo.

06. Para entender a tira a seguir, é necessário interpretar as possibilidades de entendimento da pergunta feita por Helga, uma das personagens apresentada nos quadrinhos a seguir. Considerando o que acaba de ser afirmado e com base na leitura do excerto abaixo, assinale a alternativa correta:



FIORIN, P. Lições de Textos: Leitura e Redação. SP: Ática, 2003.

- a) A tira apresentada explora a dupla possibilidade de leitura como recurso humorístico.
- b) Para entender a tira é necessário dar-se conta de que a pergunta de Helga pode ter apenas uma interpretação.
- c) Pelo contexto não se pode interpretar a fala de Helga.
- d) Hagar conseguiu entender perfeitamente a pergunta de Helga.
- e) O comportamento linguístico de Hagar mostra que ele não quer café.

07. Adjetivo é a palavra que expressa uma qualidade ou característica do ser e se "encaixa" diretamente ao lado de um substantivo. Ao analisar a palavra bondoso, por exemplo, percebe-se que além de expressar uma qualidade, ela pode ser "encaixada diretamente" ao lado de um substantivo: homem bondoso, moça bondosa, pessoa bondosa. Com base nas informações aqui descritas e seus conhecimentos sobre o emprego das classes de palavras, leia o que segue e assinale a alternativa em que as expressões em **negrito não correspondem a um adjetivo:**

- a) Percebi que os bichos **da terra** fugiam em desabalada carreira.
- b) Demorou **de propósito** naquele simples banho.
- c) José Fanhosos anda amanhecendo **sem entusiasmo**.
- d) Uma noite escura sobre aqueles ermos perdidos da caatinga **sem fim**.
- e) Depois de tudo, ainda me vem com essa conversa de homem **da roça**.

08. Crase é a contração da preposição a com o artigo feminino a (as) e com os pronomes demonstrativos aquela (s), aquele (s), aquilo. Dada a informação acima, julgue as seguintes afirmações:

1– Nada correu as mil maravilhas.

2 – Caminhamos rente a parede por horas.

3 – Saiba que ele jamais foi a festas.

Assim, pode-se afirmar que o uso do acento indicador de crase no “a” é obrigatório:

- a) Somente nas sentenças 1 e 2.
- b) Somente na sentença 2.
- c) Somente na sentença 1.
- d) Em todas as sentenças apresentadas.
- e) Somente na sentença 3.

Leia o texto a seguir e responda à próxima questão:

Adolescência – quando tudo muda na vida

Cheio de paixão, transbordante de vitalidade, impelido por incríveis contradições, o jovem passa pela adolescência e se prepara para ser adulto. Sendo uma das épocas mais importantes da vida do homem, a adolescência precisa ser encarada com respeito e carinho. Transitória, ela vai formar o arcabouço da vida futura. Os pais e os mestres têm maior responsabilidade na orientação dos jovens. Dê ao adolescente a certeza de que estará sempre ao seu lado.

(FIORIN, P. *Lições de Textos: Leitura e Redação*. SP: Ática, 2003.)

09. Regência é a parte da sintaxe que estuda as ligações entre verbo ou nome (termo regente) e seus complementos (termo regido), indicando dependência gramatical. Assim, quanto ao texto acima e a relação de regência, assinale a afirmativa correta.

- a) Os termos regentes são substantivos.
- b) Os adjetivos *cheio*, *transbordante* e *impelido* (termos regentes) exigem preposições de e por, respectivamente.
- c) Os termos regentes não são adjetivos, assim tem-se uma regência nominal.
- d) Os adjetivos *cheio*, *transbordante* e *impelido* não exigem preposições.
- e) Os adjetivos *cheio*, *transbordante* e *impelido* são termos regidos.

Leia a tira a seguir e responda à próxima questão:



(<http://exercicios.mundoeducacao.com/exercicios-literatura/exercicios-sobre-denotacao-conotacao.htm>)

10. Analisando as falas das personagens nas frases: “Você vai comer asfalto” e “estou morto”, presentes no primeiro e segundo quadrinhos respectivamente, foram usadas no sentido:

- a) Pejorativo
- b) Descritivo
- c) Denotativo
- d) Conotativo
- e) Comparativo

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. De acordo com o Código Civil brasileiro, assinale a alternativa que não descreve pessoas relativamente incapazes para os atos da vida civil:

- a) Os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- b) Os viciados em tóxicos.
- c) Os menores de dezesseis anos.
- d) Os ébrios habituais.
- e) Os pródigos.

12. Não é um direito da personalidade, conforme dispõe o Código Civil brasileiro:

- a) Ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.
- b) A intransmissibilidade e irrenunciabilidade, salvo os casos previstos em lei.
- c) O de usar pseudônimo para atividades lícitas.
- d) O de dispor gratuitamente do próprio corpo para depois da morte, com fins altruísticos ou científicos.
- e) Ao voto.

13. Qual das alternativas não apresenta um meio de aquisição da propriedade:

- a) Aluvião
- b) Avulsão
- c) Usucapião
- d) Usufruto
- e) Álveo abandonado

14. O Estado brasileiro da Paraíba é:

- a) Uma pessoa jurídica de direito público externo.
- b) Regido pelo direito internacional público.
- c) Uma pessoa jurídica de direito público interno.
- d) Uma pessoa jurídica de direito privado.
- e) Uma autarquia.

15. Pedro tem sérios problemas mentais e é curatelado por João. Certo dia, Pedro, entra no carro de Paulo, que estava estacionado e, com as chaves na ignição, sai andando com o veículo. Ocorre que, um tempo depois, Pedro atropela Sônia, uma pedestre que atravessava uma via rodoviária municipal na faixa de segurança, que acaba por ficar paraplégica.

Quanto à responsabilidade civil, Sônia deve ingressar com a devida reparação civil contra:

- a) Pedro, afinal, foi ele o causador do sinistro.
- b) João, que é o curador de Pedro.
- c) Paulo, pois ele é o proprietário do veículo.
- d) Pedro, este por ter problemas mentais, e Paulo, em razão de ser o proprietário do veículo.
- e) Município, devido à falta de segurança na via.

16. Quanto às características das pessoas jurídicas pelo Código Civil, é correto afirmar que:

- a) As fundações somente poderão constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.
- b) As associações constituem-se pela união de pessoas que se organizam para fins econômicos.
- c) Os partidos políticos não são considerados pessoas jurídicas de direito privado.
- d) As fundações só podem ser de direito público.
- e) A União é impedida de criar autarquia.

17. Não é considerado um defeito do negócio jurídico:

- a) O desconhecimento da lei
- b) O erro ou ignorância
- c) A coação
- d) O dolo
- e) A fraude contra credores

18. Quanto à validade do negócio jurídico, segundo o Código Civil brasileiro, é correto afirmar que:

- a) Se um negócio jurídico for celebrado por pessoa absolutamente incapaz, ele é anulável.
- b) Quando o objeto do negócio jurídico for ilícito, se respeitada sua forma prescrita em lei, o negócio jurídico é válido.
- c) A nulidade do negócio jurídico só pode ser alegada pelo Ministério Público.
- d) A invalidade da obrigação principal implica a das obrigações acessórias, mas a destas não induz a da obrigação principal.
- e) O negócio jurídico anulável não pode ser confirmado pelas partes.

19. O Código de Processo Civil (CPC) estabelece as normas de direito instrumental no âmbito do Direito Civil. Desta forma, quanto às condições da ação ou a representação processual das partes, é correto afirmar:

- a) É possível pleitear em nome próprio direito alheio sem autorização legal.
- b) O incapaz pode diretamente litigar em Juízo.
- c) O espólio será representado em Juízo por seu curador.
- d) Para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, o cônjuge não necessita do consentimento do outro.
- e) Para propor ou contestar ação é necessário ter interesse e legitimidade.

20. Quanto à resposta do réu, segundo o Código de Processo Civil, é incorreto afirmar que:

- a) Compete ao réu, ao contestar, alegar toda matéria de defesa.
- b) Antes de discutir o mérito cabe ao réu alegar a litispendência.
- c) Só o réu pode arguir através de exceção, a incompetência, o impedimento ou a suspeição.
- d) Antes de discutir o mérito, cabe ao réu alegar a incapacidade da parte.
- e) As exceções previstas nos arts. 304 e ss., do CPC, podem ser opostas em até 30 (trinta) dias do fato que a ocasionaram.

21. Quanto ao início do processo judicial, é correto afirmar:

- a) O Juiz poderá prestar a tutela jurisdicional sem provocação da parte ou interessado.
- b) O processo judicial visa à busca da tutela jurisdicional para garantia de um direito lesado ou vir a ser lesado.
- c) No processo judicial estão abrangidas somente relações de direito material.
- d) A petição inicial deve indicar apenas os fundamentos jurídicos do direito do autor.
- e) Não é um requisito da petição inicial o valor da causa.

22. Qual das seguintes situações oportuniza a extinção do processo sem resolução de mérito?

- a) Quando o juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor.
- b) Quando o réu reconhecer a procedência do pedido do autor.
- c) Quando o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação.
- d) Quando o juiz acolher a alegação de preempção, litispendência ou de coisa julgada.
- e) Quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição.

23. O que os recursos de apelação, de embargos infringentes, de recurso ordinário, de recurso especial, extraordinário e de embargos de divergência têm em comum?

- a) O prazo para sua interposição e resposta é de 15 (quinze) dias.
- b) São interpostos contra despachos.
- c) São interpostos contra decisão interlocutória.
- d) Podem ser interpostos somente pelo Ministério Público.
- e) O prazo para sua interposição e resposta é de 20 (vinte) dias.

24. Após o trânsito em julgado de processo judicial de conhecimento movido perante a Justiça Comum estadual, é correto afirmar:

- a) A parte vencedora do processo de conhecimento movido contra a Fazenda Pública propõe, após, o cumprimento de sentença.
- b) A parte vencedora do processo de conhecimento movido contra empresa privada propõe, após, o cumprimento de sentença.
- c) A fase de liquidação de sentença só comporta a denominada liquidação de sentença por arbitramento.
- d) A fase de liquidação de sentença é sempre posterior à fase de cumprimento de sentença.
- e) Procede-se à liquidação de sentença quando na sentença transitada em julgado já houver estipulado valor certo e determinado da condenação.

25. Quanto à divisão do Processo e Procedimento existente no Código de Processo Civil (CPC), pode-se afirmar corretamente que:

- a) O CPC regula apenas o processo de conhecimento e cautelar.
- b) As disposições do procedimento sumário e do procedimento especial aplicam-se subsidiariamente às disposições do procedimento ordinário.
- c) Não se aplica a todas as causas o procedimento comum, salvo disposição em contrário do CPC ou de lei especial.
- d) O CPC regula apenas o processo de execução e de procedimentos especiais.
- e) O procedimento comum é ordinário ou sumário.

26. Em qual alternativa o item apontado não pode ser considerado um título executivo?

- a) Sentença judicial
- b) Recibo
- c) Cheque

- d) Certidão de dívida ativa emitida pela Fazenda Pública
- e) Nota promissória

27. A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, no seu art. 5º, enumera direitos e garantias fundamentais aplicáveis aos brasileiros e estrangeiros residentes no País. Dentre esses direitos e garantias, é correto afirmar que:

- a) Não são autoaplicáveis.
- b) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- c) Não está garantido o direito de propriedade.
- d) A locomoção dentro do território nacional em tempo de paz pode sofrer restrições.
- e) Não há garantia do direito de herança.

28. Quanto aos direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar:

- a) Todos os direitos e garantias fundamentais do indivíduo estão expressos no art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.
- b) O Judiciário brasileiro não permite a aplicação de princípios constitucionais em suas decisões para salvaguardar direitos e garantias fundamentais.
- c) Os princípios constitucionais têm eficácia limitada e restrita, só podendo ser aplicados quando violado um direito fundamental.
- d) A razoável duração do processo, judicial ou administrativo, é um direito fundamental do indivíduo.
- e) Tratados internacionais dos quais o Brasil faça parte não podem estabelecer novos direitos ou garantias fundamentais do indivíduo.

29. Não é considerado um direito social pela Constituição da República do Brasil:

- a) Saúde
- b) Educação
- c) Moradia
- d) Segurança
- e) Privacidade

30. O Direito Constitucional conceitua o que seja um Poder Constituinte, que pode ser dividido entre originário e derivado. Esse ramo do Direito também, baseado no disposto na Constituição da República, trata do processo legislativo no Brasil, bem como das funções de cada um dos Poderes e sua divisão. Com respeito a esse assunto, assinale a alternativa correta:

- a) O procedimento de Emenda Constitucional é considerado um ato do Poder Constituinte Derivado.
- b) Uma Assembleia Nacional Constituinte é considerada um Poder Constituinte Derivado.
- c) Uma das funções do Congresso Nacional é editar medidas provisórias com força de lei.
- d) Dentre uma das atribuições do Poder Executivo não está a de vetar projetos de lei, total ou parcialmente.
- e) O Poder Legislativo Nacional é composto apenas da Câmara dos Deputados.

31. A Constituição da República, nos arts. 12 e 13, trata sobre nacionalidade. Nos arts. 14 a 17, a Constituição dispõe sobre direitos políticos. De acordo com esses artigos, é correto afirmar:

- a) Para o leitor entre 16 (dezesseis) e 18 (dezoito) anos o voto é obrigatório.
- b) A língua brasileira é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.
- c) O plebiscito e o referendo são espécies de exercício da soberania popular.
- d) A Constituição da República de 1988 considera brasileiros apenas os natos.
- e) A nacionalidade brasileira não é uma condição de elegibilidade do cidadão.

32. Quanto às garantias, princípios e direitos trabalhistas e sociais, é correto dizer que a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988:

- a) Permite que o trabalhador receba menos do que um salário mínimo mensal.
- b) Prevê princípios, garantias e direitos materiais trabalhistas individuais e coletivos.
- c) Faz diferenciação entre trabalhadores urbanos rurais.
- d) Não considera o trabalho como um direito social.
- e) Não considera a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo, como um direito social do trabalhador.

33. A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, estabelece que é livre a associação profissional e sindical, desde que observados alguns requisitos.

Assinale a alternativa correta de um desses requisitos que devem ser cumpridos:

- a) É possível a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

- b) É facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- c) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
- d) O trabalhador é obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.
- e) O aposentado filiado não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

34. Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, não se compreende no processo legislativo a elaboração de:

- a) Constituição da República
- b) Decretos legislativos
- c) Leis ordinárias
- d) Leis complementares
- e) Resoluções

35. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º maio de 1943. A CLT, em seu bojo, traz algumas conceituações, dentre estas se encontra a de “empregado”.

Marque a alternativa correta que traz as características do conceito de empregado, de acordo com a CLT:

- a) É a pessoa jurídica que presta serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.
- b) É a pessoa jurídica que presta serviços de natureza eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.
- c) É a pessoa física que presta serviços de natureza eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.
- d) É a pessoa física que presta serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.
- e) É a pessoa física que presta serviços de natureza eventual a alguém, e que percebe comissão como contraprestação pelo seu trabalho.

36. Em seus mais de 900 (novecentos) artigos, a CLT traz diversos conceitos, tais como o de empregador, de aprendiz e de relação de emprego. Assim, de acordo com a CLT, é correto afirmar:

- a) O empregador só pode ser pessoa jurídica.
- b) É permitido o trabalho como aprendiz a partir dos 12 (doze) anos de idade.
- c) Só se considera como efetivo trabalho aquele realizado dentro do estabelecimento do empregador.
- d) O empregador só pode ser pessoa física.
- e) Toda relação de emprego é uma relação de trabalho, mas nem toda relação de trabalho é uma relação de emprego.

37. Todo trabalhador tem direito a uma remuneração paga como contraprestação ao seu trabalho. A CLT estabelece o conceito de remuneração, suas características, bem como modalidades. Quanto ao trabalhador empregado e sua remuneração, é incorreto afirmar que:

- a) O adicional de insalubridade é uma espécie de remuneração.
- b) Faz jus ao depósito mensal de 8% (oito por cento) a título de FGTS.
- c) Integram o salário, não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagens e abonos pagos pelo empregador.
- d) Gorjeta é uma espécie de remuneração do trabalho.
- e) O salário não está compreendido na remuneração paga ao empregado.

38. De acordo com a CLT, é justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador:

- a) O abandono de emprego pelo empregado.
- b) Não cumprir o empregador com as obrigações do contrato de trabalho.
- c) O empregado demonstrar subordinação.
- d) Deixar o empregado de comparecer ao serviço por até três dias consecutivos em virtude de seu casamento.
- e) Deixar o empregado de comparecer ao serviço por até dois dias consecutivos em razão de falecimento de seu cônjuge.

39. Na rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, o trabalhador não tem direito à percepção de qual verba?

- a) Décimo terceiro salário proporcional.
- b) Férias proporcionais.
- c) Multa correspondente a cinco salários mínimos, desde que o trabalhador tenha trabalhado mais de um ano no emprego.
- d) Aviso-prévio indenizado.
- e) Multa do art. 477 da CLT.

40. Conforme a CLT, é correto afirmar que:

- a) Não se admite o trabalho em regime de tempo parcial.
- b) Não se admite, em nenhuma hipótese, como duração normal de trabalho, jornada maior do que oito horas diárias.
- c) Os empregados sob regime de tempo parcial podem prestar horas extras.
- d) O trabalho em regime de tempo parcial é aquele cuja duração não exceda a vinte e cinco horas semanais.
- e) A hora extraordinária deve ser remunerada em, pelo menos, 10% (dez por cento) superior à da hora normal.

41. Quanto à prescrição e/ou decadência no Direito do Trabalho, é correto afirmar que:

- a) É de decadência o prazo de até dois anos, após a extinção do contrato de trabalho, o direito do trabalhador de propor ação trabalhista.
- b) O empregado, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, tem o direito de propor ação com prazo prescricional de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
- c) A decadência é a perda do direito de ação, prevista legalmente, em razão da inércia do titular do direito de ação.
- d) Um exemplo de prescrição ocorre quando o empregador deixa passar o prazo para formação do processo administrativo para apuração de falta grave (30 dias) do empregado.
- e) A prescrição atinge somente as parcelas anteriores a dois anos do ingresso da ação trabalhista.

42. Quanto a contrato de trabalho entre empregado e empregador, é correto dizer que:

- a) Nos contratos individuais de trabalho é possível a alteração das condições de trabalho por mútuo consentimento entre empregado e empregador, e desde que não resulte prejuízo ao empregado.
- b) A CLT não permite, de forma alguma, a suspensão do contrato de trabalho.
- c) O afastamento do empregado em virtude de encargo público constitui motivo para rescisão ou alteração do contrato de trabalho.
- d) A CLT não garante ao empregado afastado do emprego, por ocasião de sua volta, todas as vantagens que, em sua ausência, tenham sido atribuídas à categoria a que pertencia na empresa.
- e) A CLT não permite, de forma alguma, a interrupção do contrato de trabalho.

43. A Justiça do Trabalho não é competente para julgar:

- a) As ações que envolvam o exercício do direito de greve.
- b) As ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.
- c) As ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.
- d) As ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
- e) As ações referentes a acidentes do trabalho.

44. Na Justiça do Trabalho, a competência para o julgamento em razão do lugar se dá em virtude:

- a) Da localidade onde reside o empregado.
- b) Da localidade onde o empregado foi contratado.
- c) Da localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestar serviços ao empregador.
- d) Da localidade onde está situada a matriz da empresa.
- e) Unicamente de onde está situada a Vara do Trabalho mais próxima.

45. Quanto ao *Jus Postulandi* na Justiça do Trabalho, é correto afirmar que:

- a) Somente a parte devidamente representada por advogado pode pleitear em Juízo.
- b) Somente a parte pode pleitear em Juízo.
- c) Só a detém o Ministério Público do Trabalho.
- d) Tanto a parte como o advogado pode pleitear em Juízo, desde que a causa se restrinja ao âmbito do primeiro grau e dos Tribunais Regionais do Trabalho.
- e) Tanto a parte como o advogado pode pleitear em Juízo em qualquer grau de jurisdição.

46. Nas audiências trabalhistas, é incorreto afirmar que:

- a) Se o réu não comparecer, ser-lhe-á aplicada a pena de revelia.
- b) O Juiz poderá ouvir as partes em depoimento pessoal e/ou testemunhas.
- c) O empregador, quando se tratar de empresa, poderá se fazer representar por preposto.
- d) Se o autor não comparecer à audiência, o processo será arquivado.
- e) A contestação do réu deve ser apresentada até 15 (quinze) dias antes da realização da audiência.

47. Assinale a alternativa que aponta o recurso que não é cabível na Justiça do Trabalho:

- a) Recurso de revista
- b) Recurso em sentido estrito
- c) Agravo

- d) Recurso ordinário
- e) Embargos

48. O procedimento sumaríssimo na Justiça do Trabalho tem como uma de suas características:

- a) Julgar dissídios coletivos.
- b) Ser possível o ingresso de ações em que seja parte a Administração Pública.
- c) Julgar causa que o valor não ultrapasse de quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da ação.
- d) Que o pedido do autor pode ser ilíquido.
- e) Que poderá ser feita citação por edital.

49. Assinale a alternativa que guarda correspondência entre a decisão recorrível e o recurso cabível:

- a) Decisão do Juiz da execução e agravo de petição.
- b) Decisão do Juiz do Trabalho que viola dispositivo de lei federal e recurso de revista.
- c) Decisão do Tribunal Regional do Trabalho e Recurso Ordinário.
- d) Despacho que denegar a interposição de recursos pelo Juiz do Trabalho e embargos.
- e) Decisão definitiva, em dissídio individual, da Vara do Trabalho e Recurso de Revista.

50. Quanto à execução na Justiça do trabalho, é correto afirmar que:

- a) Após a penhora de bens do executado, é permitido a este nomear bens à penhora.
- b) O depósito judicial não é um meio de garantir a execução.
- c) Pode ser executado o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) Uma vez requerida a execução, o Juiz mandará expedir mandado de citação do executado, para que cumpra a decisão, pague ou garanta a execução, sob pena de penhora de bens.
- e) Após a penhora de bens, o executado terá o prazo de 30 (trinta) dias para oferecer embargos à execução.

RASCUNHO